



Rio de Janeiro, 04 de junho de 2019

Sr. Comissionado Francisco José Eguiguren Praeli
Relator sobre os Direitos de Defensores de Direitos Humanos Relatoria sobre
Defensoras/es de Direitos Humanos

Via e-mail: cidhdefensores@oas.org

Sra. Antonia Urrejola Noguera
Relatora para o Brasil

Via e-mail: aurrejola@oas.org

Comissão Interamericana de Direitos Humanos
1889 F St., N.W.
Washington, D.C., 20006 EUA

**REF: Intimidação e cerceamento da atuação da Deputada Estadual do Rio de Janeiro
Renata Souza, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da
Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.**

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, a Justiça Global, a Terra de Direitos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra, a Artigo 19, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, a ABGLT e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra/ES vêm por meio deste informar que no dia 9 de maio de 2019, parlamentares do Partido Social Cristãos (PSC), partido do governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, protocolaram na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) um pedido de cassação do mandato da Deputada Estadual Renata Souza, alegando uma suposta quebra de decoro por parte da parlamentar, que preside a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ.

A ação aconteceu logo após a deputada acionar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e a Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de informar as instâncias internacionais sobre a grave situação de violência em que se encontra o estado do Rio de Janeiro, promovida pela política de segurança do governo fluminense. Faz-se necessário ressaltar que a política defendida pelo atual Governador é contrária a todos os acordos assumidos pelo Brasil sobre os direitos humanos, assim como com a segurança de quem os defende.

Os informes apresentados pela parlamentar relatavam que no último dia 4 de maio, sob a coordenação e presença do governador Wilson Witzel, a Polícia Civil realizou na cidade de Angra do Reis, no Estado do Rio de Janeiro, mais uma operação policial¹ violenta com o uso de helicóptero e atiradores de elite (snipers) que dispararam contra favelas, atingindo até mesmo um local de orações freqüentado por evangélicos² e não como informou a Secretaria de Segurança Pública, local utilizado por “traficantes”.

Na sequência, no dia 6 de maio, outra operação policial foi realizada pela Polícia Civil no Conjunto de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, onde novamente um helicóptero com snippers foi utilizado. Nesta ação 8 pessoas foram vitimadas em suposto confronto com a polícia e novamente a versão apresentada pela Secretaria de Segurança Pública difere da versão relata pelos moradores.

Somente de janeiro a maio deste ano 558 pessoas vítimas de homicídios decorrentes de intervenção policial, quando o agente alega que atirou em “legítima defesa”. Estes números estão diretamente relacionados à permissividade do governador, que se mostra favorável ao “abate de criminosos que estejam portando fuzis” e ao uso de helicópteros como plataformas para realização de tiros durante operações em favelas. Foi diante de fatos como estes que a Deputada Estadual Renata Souza, que exerce seu primeiro mandato como parlamentar, e como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Casa legislativa, acionou os organismos

1 <https://oglobo.globo.com/rio/wilson-witzel-participa-de-operacao-policial-com-core-em-angra-dos-reis-23642576>

2 <https://oglobo.globo.com/rio/helicoptero-com-witzel-bordo-metralhou-tenda-de-oracoes-em-angra-dos-reis-23648907>

internacionais, cumprindo suas obrigações de denunciar e combater as graves violações de direitos humanos.

Renata Souza possui em sua trajetória mais de 12 anos de atuação nos movimentos sociais enquanto defensora dos direitos humanos, com papel fundamental nos debates e ações no campo da segurança pública, tema objeto de reflexão da sua tese de doutoramento. Fez parte da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ na qualidade de assessora por 10 anos, deixando esta função para assumir o cargo de chefe de gabinete da então vereadora Marielle Franco, defensora de direitos humanos brutalmente assassinada em março de 2018 no Rio de Janeiro.

A reação extremamente violenta e deslegitimadora por parte de deputados estaduais que são base do governador Wilson Witzel na casa legislativa, expressam o racismo e o machismo que a deputada Renata Souza e duas outras deputadas estaduais, suas companheiras de bancada, Mônica Francisco e Dani Monteiro³, estão enfrentando desde que tomaram posse em janeiro desse ano na Alerj.

Diante das denúncias encaminhadas por Renata Souza, o governador Wilson Witzel, durante um evento público, no dia 10 de maio, sem mencionar diretamente o nome da parlamentar, afirmou "praticou crime e tem usurpado do poder outorgado". Além disso, o governador, ele sim usurpando de seu cargo no poder executivo, deu aval para que deputados de seu partido protocolassem um pedido de cassação⁴ de Renata Souza junto à Mesa Diretora da Alerj.

A abertura do processo foi formalizada sob o argumento de quebra de decoro parlamentar, com justificativa de que Renata tornou institucional uma manifestação pessoal. Constata-se neste caso clara tentativa de silenciamento, censura e ameaça por parte do governo do estado do Rio de Janeiro e de parlamentares de sua base de sustentação política à deputada Renata Souza, uma reconhecida defensora de direitos humanos. A ausência de medidas que garanta acesso à segurança de defensoras e

3 <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/deputada-ha-dois-meses-dani-monteiro-denuncia-sofrer-racismo-na-assembleia-23540708.html>

4 <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/05/5641448-witzel-defende-cassacao-de-deputada-que-o-denunciou-a-onu.html>

defensores de direitos humanos tem produzido e ampliado sistematicamente situações de violência no Brasil, chama especial atenção a violência política direcionada à parlamentares com atuação no campo dos direitos humanos.

Diante do quadro apresentado recomenda-se:

1. O arquivamento do pedido de cassação do mandato da deputada Estadual do Rio de Janeiro Renata Souza.
2. Que sejam oferecidas medidas protetivas para que possa seguir atuando como Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Alerj.



Sandra Carvalho
Coordenadora Geral Justiça Global